



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS
IRREGULARIDADES ENVOLVENDO O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015,
RELACIONADOS À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS SUSPEITOS E PREJUDICIAIS AO
INTERESSE PÚBLICO – CPI BNDES.**

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Beto Salame)

Requer seja convocado a comparecer em audiência pública o senhor Ricardo Tosto, advogado e ex-conselheiro do BNDES, indicado pela Força Sindical, para prestar esclarecimentos acerca do esquema de propinas para liberação de financiamentos do BNDES.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 2º, da Lei nº 1579/52, e 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Senhor Ricardo Tosto, advogado e ex-integrante do Conselho de Administração do BNDES, por indicação da Força Sindical, para prestar esclarecimentos à essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

O Senhor Ricardo Tosto foi preso pela Polícia Federal durante a Operação Santa Tereza, acusado de desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro. A operação, que inicialmente investigava a existência de uma organização voltada à prática dos crimes de favorecimento da prostituição, operação de casas de prostituição, rufianismo e tráfico interno e internacional de mulheres, no seu decorrer, identificou indícios de crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e tráfico de influência.

Segundo as investigações da Polícia Federal, o grupo desviava de 3% a 4% de empréstimos do BNDES feitos para empresas e prefeituras e usava um prostíbulo para “lavar” os valores angariados ilegalmente. A atuação da organização criminosa no banco teria se dado com a indicação do advogado Ricardo Tosto para compor o Conselho de Administração do BNDES representando a Força Sindical.

Além disso, o BNDES concedeu R\$ 2,4 bilhões em financiamentos para nove empreiteiras investigadas pela operação lava jato, entre os anos de 2003 a 2009, período este que abrange o tempo de permanência de Tosto no Conselho de Administração do banco (2007 e 2008). O desvio dos valores se daria através da obtenção da aprovação de financiamentos mediante a interferência do convocado junto ao conselho do qual era membro.

Por essas razões, a presente convocação somente tem a contribuir com a elucidação dos fatos e melhor entendimento de como se operaram as supostas irregularidades nos empréstimos e financiamentos do BNDES, contribuindo para que esta CPI possa cumprir sua função fiscalizadora e investigadora.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2015.

Deputado **BETO SALAME**
PROS/PA